



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

PORTARIA Nº 150/2022

Designa o fiscal e seu respectivo substituto do Contrato nº 51/2022, firmado entre o Confea e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão (AEAFB). Processo nº 05061/2021.

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Confea, aprovado pela Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006,

Considerando que o regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução, consoante previsto no art. 58 e inciso III, da [Lei nº 8.666, de 1993](#);

Considerando o disposto no art. 67, da [Lei nº 8.666, de 1993](#), pelo qual "a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado";

Considerando que a fiscalização contratual consiste no acompanhamento da execução dos contratos, que busca garantir a execução de serviços e fornecimento de bens, na quantidade e qualidade contratados;

Considerando o Contrato nº 51/2022, firmado entre o Confea e o Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão (AEAFB), no valor global de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais), para aquisição do direito de associação da imagem do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, por meio de patrocínio ao projeto "**Simpósio Paranaense de Doenças e Pragas em Culturas Anuais**", a ser realizado pela CONTRATADA na data **28 e 29 de abril 2022**, em Capanema - PR, conforme os critérios estabelecidos na Decisão Plenária nº PL-1304/2021, de 02 de agosto de 2021,

Considerando, portanto, a necessidade de designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato;

Considerando as atribuições comuns às unidades organizacionais do Confea, entre as quais a de "fiscalizar a execução dos contratos administrativos firmados pelo Confea referentes à sua área de atuação", consoante determina o art. 71 e inciso VII, da Portaria nº 364, de 28 de agosto de 2015;

Considerando que o Setor de Aquisições e Contratos (Setac) "tem por finalidade orientar as unidades organizacionais quanto à formalização de suas demandas de aquisições e contratações, operacionalizar o processo licitatório e acompanhar/orientar a fiscalização dos contratos do Confea", com a atribuição, entre outras, de "orientar os gestores quanto à execução, acompanhamento/fiscalização e prazos contratuais", consoante determinam, respectivamente, os artigos 69 e 70, inciso X, da Portaria nº 364, de 28 de agosto de 2015;

Considerando, ainda, que o fiscal do contrato também poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, no caso, a Procuradoria Jurídica (Proj) e a Controladoria (Cont), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual; e

Considerando, por fim, que nos presentes autos do processo 05061/2021 foram indicados os empregados José Flávio Fernandino Maciel (matrícula nº 0870) e Alisson Medeiros Miguel Costa (matrícula nº 0593), para desempenhar as funções de fiscal e substituto, respectivamente, do Contrato nº 51/2022 conforme Despacho GCO 0572819,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o fiscal e seu respectivo substituto do Contrato nº 51/2022, firmado entre o Confea e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão (AEAFB):

I - José Flávio Fernandino Maciel (matrícula nº 0870), para desempenhar todas as funções relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução do referido contrato;

II - Alisson Medeiros Miguel Costa (matrícula nº 0593), como substituto do fiscal, para desempenhar todas as funções relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução do referido contrato, em caso de ausência temporária do fiscal.

Art. 2º Entre outros deveres próprios do acompanhamento e fiscalização da execução contratual, incumbe ao fiscal:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter ao gestor do contrato, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência;

II - Monitorar continuamente a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos objeto do contrato, certificando-se que as obrigações assumidas na contratação estão sendo cumpridas; e

III - Realizar a aferição financeira, que deverá confrontar os preços e as quantidades constantes da Nota Fiscal com aqueles fixados no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas, bem como atestar a Nota Fiscal do serviço/material emitida pela contratada.

Art. 3º Após o encerramento de todas as providências cabíveis com relação à presente contratação, o fiscal deverá emitir relatório final sobre a execução do objeto e encaminhar os autos ao Setor de Aquisições e Contratos (Setac), para fins de registro na base de dados das contratações efetuadas pelo Confea.

Art. 4º Os empregados designados por meio desta Portaria deverão ser comunicados imediatamente a respeito da designação relativa à fiscalização para que assumam sua respectiva função.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **João de Carvalho Leite Neto, Chefe da Subprocuradoria Consultiva**, em 20/04/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Pimenta, Vice-Presidente**, em 20/04/2022, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0589666** e o código CRC **37F2BCD6**.

Referência: Processo nº 05061/2021

SEI nº 0589666